



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 08/2019

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 17 de abril de 2019

----- Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Paulo Paulino, Jorge Inácio e José Galrito, presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O senhor presidente informou os membros presentes da não comparência do vereador, Luís Conceição na reunião, dado que, o mesmo se encontra ao serviço da Federação Portuguesa de Futsal. -----


----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** -----

A Câmara considerou justificada, por unanimidade, a falta do vereador Luís Conceição, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara usou da palavra para agradecer a disponibilidade do vereador Jorge Inácio em

1


aceitar a alteração da reunião ordinária do executivo. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para endereçar uma palavra de apreço ao executivo, pela organização do Festival de Contrabando, no entanto, considera que devido ao número avultado de visitantes deveria existir uma maior quantidade e equidade na distribuição de WC. Continuou colocando as seguintes questões: se a iniciativa terá em 2020 o apoio do programa 365 Algarve? E qual a receita total do evento? Finalizou a sua intervenção salientando que é da opinião que futuramente terá que existir uma maior visão, *“sem ser o efeito ponte”* que assente em princípios de eficácia e lucro, no sentido de tornar a iniciativa autossustentável. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma pequena resenha sobre a iniciativa, designadamente: -----

Que a Câmara Municipal adquiriu serviços de limpeza e WC a uma empresa externa, no entanto, devido ao número de visitantes considera igualmente que *“foram diminutos”* e como tal numa próxima Edição esse assunto terá que ser aperfeiçoado; -----

A nível de restauração referiu que apesar do domingo *“haver algumas falhas”* o serviço fluiu *“com naturalidade”*, devido à distribuição de stand's *“de comida”* pelas ruas do Festival; -----

Que em 2020 haverá mais uma Edição do Festival do Contrabando com apoio do Programa 365 Algarve, tendo a Edilidade apresentado já candidatura; -----

Quanto à receita adiantou que foi de 12,000,00 € (doze mil euros) aproximadamente, e que a Edilidade já equacionou novas ideias/inoações para a iniciativa. -----

----- O presidente da Câmara interveio para endereçar uma palavra de reconhecimento a todos os envolvidos na iniciativa, nomeadamente ao executivo, colaboradores da Edilidade e demais entidades, visto que o evento *“alcançou uma grande marca a nível local e regional para a valorização do nosso território”*. Valorizou ainda a organização das jornadas do contrabando que *“lembraram a história desta atividade clandestina”* e que antecederam ao evento, tendo realçando igualmente a importância da *“união existente”* com o município vizinho de San Lucar do Guadiana. Findou referindo que subsistem alguns condicionalismos, nomeadamente a nível do trânsito, todavia, serão envidados esforços, no sentido de colmatar essa anomalia, e que as iniciativas

R

culturais do programa 365 algarve têm como objetivo principal combater a sazonalidade e “desertificação”, melhorando a experiência turística nos municípios. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para salientar que as políticas apresentadas, nomeadamente, “*combater a sazonalidade com esses eventos*” “*não servem para lutar*” com o fenómeno da desertificação. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º 16) respeitante ao dia 16 de abril, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.588.902,51; -----

----- Operações Orçamentais – € 1.245.669,20; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 335.826,32. -----

Deu-se igualmente conhecimento à Câmara Municipal: -----


Despacho sobre a Empreitada de Execução do Espaço para Dinamização de Produtos Endógenos de Alcoutim – Aprovação do Anúncio do Concurso; -----

----- **APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA N.º 07/2019:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 07/2019**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 27 de março de 2019, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **PROPOSTA N.º 82/2019 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MÉRTOLA – FINALISTAS 2018/2019:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugada com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 200,00 € (duzentos euros), ao Agrupamento de Escolas de Mértola, para fazer face a despesas com a organização de atividades dos alunos finalistas no ano letivo


2018/2019. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 83/2019 – UNIVERSIDADE DO ALGARVE - 40º ANIVERSÁRIO - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), à Universidade do Algarve, para fazer face a despesas com as ações que a Universidade desenvolve, no âmbito dos 40 anos da instituição. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 84/2019 – CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MARTIM LONGO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar um apoio financeiro de 30.000,00 € (trinta mil euros) ao Centro de Desenvolvimento Cultural e Social de Martim Longo, a ser pago em 3 tranches, nomeadamente em abril, julho e outubro, para fazer face às dificuldades financeiras da instituição. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 85/2019 – PROGRAMA DE INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – REQUERIMENTO DE CANDIDATURA – CRIANÇA: ENZO ROSA PEREIRA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara

R

Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do nº 1 do artº 33, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: -----

1. Atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) cuja atribuição será distribuída ao longo dos primeiros 3 anos de vida da criança, nos termos do artigo 4º do respetivo regulamento; -----

2. A distribuição da verba ao longo dos 3 anos será feita da seguinte forma: 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) no primeiro e segundo ano de vida e 2.000,00€ (dois mil euros) no terceiro ano de vida; -----

3. A atribuição do referido valor visa suportar despesas em: -----

a) Artigos de puericultura, adquiridos em estabelecimentos comerciais do Concelho, correspondentes a um valor máximo de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros); -----

b) Despesas com infantário, em estabelecimentos de ensino do Concelho, correspondentes a um valor máximo de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 87/2019 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA, A DEFESA E A PAZ”:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2017, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo e com a alínea u) do nº 1 do artigo 33º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o protocolo de cooperação para a implementação do “*Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 88/2019 – EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DO ANTIGO EDIFÍCIO DOS CTT PARA EDIFÍCIO HABITACIONAL EM ALCOUTIM – ADJUDICAÇÃO - RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual

R

se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ratificar o despacho de adjudicação, proferido em 03 de abril de 2019, que adjudica a empreitada de **REABILITAÇÃO URBANA DO ANTIGO EDIFÍCIO DOS CTT PARA EDIFÍCIO HABITACIONAL EM ALCOUTIM** à Firma **JOSÉ QUINTINO, LDA.**, pelo montante de **464.700,00€ + IVA**, com um prazo de execução de **24 meses**, de molde a dar cumprimento às disposições no Código dos Contratos Públicos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 89/2019 – PASSE ESCOLAR - ISENÇÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar atenta a competência material disposta na alínea gg) do artigo 33.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, em conjugação com o disposto no número 5 do artigo 164.ª e no número 2 do artigo 174.ª do NCPA, e considerando o princípio da responsabilidade e os princípios da justiça e da razoabilidade que estruturam e norteiam, entre outros, o procedimento administrativo isentar o passe escolar 4/18 do aluno Juan Guilherme Ramos Kani, para o ano 2018/2019, retroagindo à data da frequência de estabelecimento de ensino no concelho de Mértola. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 90/2019 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 100/2019 – ALICE MARTINS RODRIGUES:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no art.º 54º da Lei n.º91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com Artigo Matricial nº 91 e Secção A012 no sítio do Palatão, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, e Município de Alcoutim, em nome de Alice Martins

6



Rodrigues, que se pretende em regime de 2 compartes nas proporções de ½ em nome de Paulo Alexandre Marques Pereira e ½ em nome de Elsa Sofia Marques António, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 91/2019 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 99/2019 – MARIA ISABEL PIRES CRUZ SANTOS:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no art.º 54º da Lei n.º91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de Setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de Agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com Artigo Matricial nº 103 e Secção A007, no sítio da Herdade da Bela Vista, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, e Município de Alcoutim, em nome de Maria De La Cruz Celorico Martinez, que se pretende em regime de 2 compartes nas proporções de ½ em nome de José Joaquim Rodrigues Celorico e ½ em nome de Maria José Rodrigues Celorico, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 92/2019 – INTER-VIVOS – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO OPEN NACIONAL DO ALGARVE DE DAMA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de 1.000,00€ (mil euros), para apoio à realização do Open Nacional do Algarve de Damas. -----

A

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 93/2019 – INTER-VIVOS – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, NO ÂMBITO DA PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO NACIONAL DE TODO-O-TERRENO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), para fazer face às despesas com o atleta Micael Simão, no Campeonato de Todo o Terreno. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 94/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO - ADITAMENTO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o aditamento ao Protocolo entre o Município de Alcoutim e a Federação Portuguesa de Natação, no que concerne à alteração da alínea a) do n.º 1 da Cláusula 3.ª. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 95/2019 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL -CURSO TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL DE DESPORTO DE NATUREZA - ESTÁGIO CURRICULAR:** Foi presente uma proposta do presidente da

8

Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar o protocolo, em anexo, entre o Município de Alcútem e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 96/2019 – EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DOS AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE BENTOS E FERNANDILHO – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Que se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária n.º 00125-02-1865215 no valor de 5.614,70 €, emitida pelo Banco Comercial Português, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 3.368,82 €, passou a ser do valor de 2.245,88 €; -----

2. Que se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária N00385346 no valor de 9.357,83 €, emitida pelo Banco Espírito Santo, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 5.614,70 €, passou a ser do valor de 3.743,13 €; -----

3. Que se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária (Operação n.º 2561.000023.093) no valor de 3.743,13 €, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, SA, que após a liberação parcial de caução no valor de 2.245,88 €, passou a ser do valor de 1.497,25 €. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 97/2019 – EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DOS AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE BENTOS E FERNANDILHO – RESTITUIÇÃO DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se

9

A

proceda à restituição de caução na importância de 9,60 € à firma Irmãos Cavaco, S.A., referente a 10% de reforço de caução no valor de 23,99 €, descontado aquando do pagamento da revisão de preços da respetiva empreitada, tendo já sido restituído o valor de 14,39 €. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para salientar que tem conhecimento que a infraestrutura da Barragem do Pereiro "*tem uma fuga há vários anos*", e como tal questiona o que poderá ser executado, para solucionar a anomalia, tendo o vereador José Galrito usado da palavra para referir que após a sua construção houve uma reestruturação nas regras de edificação dessas infraestruturas (Ex: pequenas barragens), designadamente na funcionalidade dos equipamentos e algumas medidas periódicas na conservação das estruturas, e nesse sentido como a mesma não está em conformidade com essas regras e devido a uma anomalia no equipamento (peça deteriorada) houve "*consenso*" na definição de caudal ecológico, dado que a mesma "*não pode ser fechada*". -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 98/2019 – INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2018:**

Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

I. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o inventário dos bens do município e ainda os documentos de prestação de contas do Ano Económico de 2018; -----

II. Submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro os referidos documentos para apreciação e votação; -----

III. Submeter ainda, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, no valor de 484.588,67€ (quatrocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e oitenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos); -----

IV. 24.229,43€ (vinte e quatro mil duzentos e vinte e nove euros e quarenta e três cêntimos), correspondentes a 5% dos Resultados Líquidos, para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL, e; -----

V. Os remanescentes 460.359,24€ (quatrocentos e sessenta mil trezentos e cinquenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos), para a conta de Resultados Transitados, nos termos previstos no ponto 2.7.3.2 do POCAL. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para elaborar uma pequena resenha sobre o assunto, nomeadamente que o documento das Grandes Opções do Plano (GOP) foi elaborado no âmbito de uma estratégia de gestão municipal e assente numa perspetiva macroeconómica, tendo de seguida feito uma abordagem sobre os principais pilares/atividades municipais desenvolvidos durante o ano de 2018, nas áreas da Habitação, Reabilitação Urbana, Tratamento de Águas Residuais e Abastecimento de Água, Saúde, Ação Social, Educação, Agricultura, Programação Cultural, Centro de Competências, Descentralização de Competências e Cooperação com as Freguesias, etc. Continuou mencionando que tendo em conta o foco da gestão municipal na promoção do bem-estar dos munícipes e no desenvolvimento do território, a Edilidade foi considerada como ***“Autarquia + Familiarmente Responsável”***, pelo terceiro ano consecutivo. Finalizou para salientar que o documento apresentado pretende refletir de forma clara o exercício do ano de 2018, o qual se pautou pelo respeito pelos princípios orçamentais, contabilístico, pelas regras previsionais, e pelas demais exigências resultantes do quadro normativo em vigor. -----

----- O vereador Jorge Inácio interveio para salientar que *“usaria igualmente”* uma gestão rigorosa, mas com estratégias diferentes, nomeadamente a criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, parcerias público-privadas (empresa para travessia (passageiros, carros) do rio Guadiana) etc., no sentido de criar postos de trabalho permanentes e *“trazer mais lucro a Alcoutim”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

O vereador Jorge Inácio apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto favoravelmente, dado que considera que o rigor utilizado na elaboração do documento seria o mesmo, todavia, a estratégia aplicada seria completamente diferente”*. -----

R

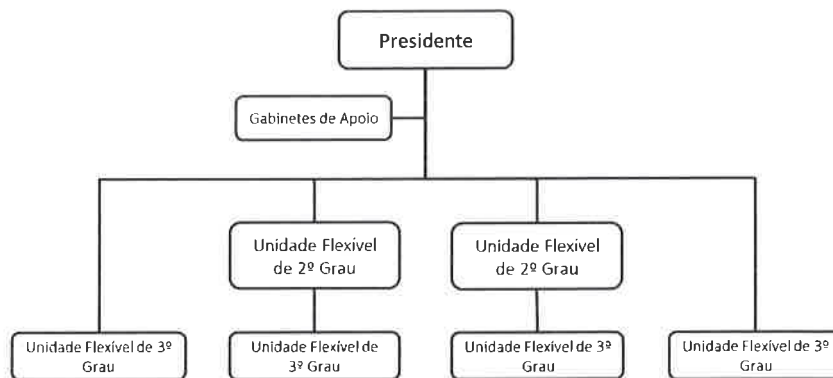
PROPOSTA N.º 99/2019 – ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL:

Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Propor à Assembleia Municipal a aprovação, ao abrigo da competência prevista na alínea m), do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Organização dos Serviços do Município de Alcútem, de forma a dar cumprimento cabal ao estipulado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro designadamente: -----

a) à alínea a) do Art.º 6º do Decreto-Lei supracitado, a estrutura orgânica seja a hierarquizada; -----

b) à alínea b) do Art.º 6º do Decreto-Lei supracitado, a estrutura orgânica nuclear, seja a seguinte:



c) à alínea c) do Art.º 6º do Decreto-Lei supracitado, se mantenham as duas unidades orgânicas flexíveis de segundo grau e a criação até quatro unidades orgânica flexível de terceiro grau, dependendo duas do nível superior e as outras duas diretamente do presidente; -----

d) à alínea d) do Art.º 6º do Decreto-Lei supracitado, os serviços sejam distribuídos por núcleos funcionais (subunidades orgânicas) num máximo de vinte; -----

e) à alínea e) do Art.º 6º do Decreto-Lei supracitado, a estrutura orgânica dos Serviços da Autarquia de Alcútem não contemple equipas multidisciplinares; -

f) à alínea f) do Art.º 6º do Decreto-Lei supracitado, a estrutura orgânica dos

Serviços da Autarquia de Alcoutim não contemple equipas de projeto. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador Jorge Inácio, aprovar a referida proposta. -----

Apresentou a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me porque considero que o assunto em discussão é uma questão interna da Câmara Municipal e não tenho conhecimento da sua funcionalidade, e como tal sou da opinião que quem dirige é que tem essa função, no entanto, não sou contra o mesmo, visto que poderia fazer igual ou diferente”*. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 17 de abril de 2019, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas dez horas e um minuto, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O secretário

